

## O PROCESSAMENTO DA AÇÃO PENAL NAS CONTRAVENÇÕES

Aristides Medeiros (\*)

*Titularidade da ação penal pública. Processamento nas contravenções. Necessidade de regulamentação.*

Ao dispor sobre a titularidade da ação penal pública, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689, de 03/10/41) atribuiu ao Ministério Público a competência para promovê-la unicamente com relação a crimes (art. 24, *caput*), enquanto que deferiu só à autoridade judiciária e à policial o poder de iniciativa da referente a contravenções (arts. 26 e 531), caso este em que a intervenção do Ministério Público passaria a ocorrer apenas a partir da fase a que alude o art. 536.

O critério mandado adotar pela chamada lei penal adjetiva para a iniciativa da ação penal nas contravenções, ou seja, sem que o fosse pelo Ministério Público, sofreu inúmeras críticas, a teor de que se criara procedimento penal *ex officio*, violando a harmonia entre os Poderes.

Sobrevindo a Lei Complementar n. 40, de 14/12/81 (que «estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual»), sustentaram alguns críticos que teria sido então indubitavelmente extinta a competência da autoridade judiciária e da policial para instauração da ação penal por contravenção, isso ao argumento de que tal circunstância estaria a resultar do preceituado no art. 3º da mencionada Lei Complementar, onde se previu que é função institucional do Ministério Público, entre outras, «promover a ação penal pública» (inciso II), sendo que os que assim entenderam defendiam o ponto de vista de que o referido dispositivo teria atribuído ao Ministério Público a exclusividade da ação penal pública, entendimento esse que, todavia, veio a ser rechaçado pela jurisprudência, tendo a tal respeito sumulado o Pretório Excelso, *verbis*: «Os artigos 3º, II, e 55 da Lei Complementar n. 40/81 (Lei Orgânica do Ministério Público) não revogam a legislação anterior que atribuiu a iniciativa para a ação penal pública, no processo sumário, ao

(\*) Juiz Aposentado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

juiz Ou à autoridade policial, mediante Portaria ou Auto de Prisão em Flagrante» (Súmula STF, n. 601).

Com o advento da Constituição Federal de 05/10/88, entretanto, o assunto passou a não mais suscitar qualquer discussão, porquanto, aí sim, ficou expressamente estabelecida, com exclusividade, a competência do Ministério Público para a ação penal pública, haja vista que no art. 129, *caput*, foi prevista como sua função institucional, entre outras, a de «promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei» (inciso I), sendo inconcusso que a partir do início da vigência da nova Carta Magna somente o Ministério Público poderá fazê-lo, sendo que tal regra, aliás, resultou prevista também na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei n. 8.625, de 12/02/93 — art. 25, *caput*, inciso III), como igualmente no Estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar n. 75, de 20/05/93 — art. 6º, *caput*, inciso V).

No que se refere a crimes, nenhuma dúvida poderá haver, pois no art. 24 do CPP (que foi «recebido» pela CF/88) já está previsto que a correspondente ação penal será intentada através de denúncia oferecida pelo Ministério Público.

A questão passou a ser, apenas, no que diz respeito a contravenções, eis que (como em caso de crimes) o exercício das correlatas ações penais só pode ocorrer «na forma da lei», consoante expressamente ressalvado pela Carta Magna e pelos demais diplomas, cujo respectivo preceito não pode ser considerado letra morta.

Com efeito, para o processamento das ações penais de que ora se trata (e a exemplo do que já ocorre com as relativas a crimes — art. 24 do CPP), há necessidade de que lei ordinária discipline o correspondente procedimento, sem o que não estará satisfeito o mandamento constitucional, *data venia* insustentável o entendimento de alguns que admitem a imediata aplicação, no caso, do preceituado no art. 539 do vigente Código.

Na verdade, lei ordinária haverá de alterar o estatuto penal adjetivo, para, *verbi gratia*, substituir a parte inicial do art. 24, *caput*, pela expressão «Nos casos de ação penal pública», e modificar os arts. 531 e seguintes, além de outros.

Assim é que, não obstante se saber que constitucionalmente só ao Ministério Público compete intentar a ação penal pública, à falta de regulamentação não poderá fazê-lo atualmente através de denúncia, ou por qualquer outro modo.

O assunto é de suma gravidade e está a merecer urgente atuação do Poder Legislativo no sentido de disciplinar a matéria, pois, enquanto tal não acontecer, não será legalmente possível o processamento de ação penal por contravenção, já que até então não poderá o Ministério Público iniciá-la por denúncia (ora cabível só em caso de crimes), e, desgraçadamente, haverão de ficar impunes os autores das contravenções a que derem causa.